EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 1192/*2024*

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

OBJETO: Estabelecer parâmetros e especificações técnicas com o intuito de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção e emissão de Laudo Técnico de SPDA – Para Raios, com fornecimento de materiais e medição ôhmica dos aterramentos do Edifício CAM 01, conforme disposições do edital e Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 1.629,32 (um mil, seiscentos e vinte nove reais e trinta e dois centavos).

PERÍODO DE PROPOSTAS: Das 08 horas do dia 06/12/2024 até as 07 horas do dia 11/12/2024.

PERÍODO DE LANCES: Das 08 h até as 14 h do dia 11/12/2024.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA nº 1192/2024
Processo Administrativo nº 10463/24
Processo de Compra nº 404/24

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE** torna-se público que, por meio do Departamento de Compras e Licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal n.º 6.397, de 16 de janeiro de 2024[1] e, no que couber a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021; bem como demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: *11/12/2024*
Link: ***www.novobbmnet.com.br***
Horário da Fase de Lances/Tempo de duração: *Das 08 h às 14 h.*

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para **Contratação de empresa para estabelecer parâmetros e especificações técnicas com o intuito de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção e emissão de Laudo Técnico de SPDA – Para Raios, com fornecimento de materiais e medição ôhmica dos aterramentos do Edifício CAM 01, conforme disposições do edital e Termo de Referência**.

1.2. A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela constante abaixo.

LOTE ÚNICO					
ITENS	**DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO**	**UN.**	**QUANT.**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	**CONSTRUÇÃO CIVIL – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL** **ESPECIFICA**ÇÃO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Manutenção e Emissão de Laudo Técnico de SPDA – para-raios, com fornecimento de materiais e medição ôhmica dos aterramentos do Edifício do CAM01 (Complexo Administrativo Municipal), situada na Rua José Bonifácio, 404,	Prest. Serviço	01	R$ 1.629,32	R$ 1.629,32

[1] https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-vicente/decreto/2024/640/6397/decreto-n-6397-2024-regulamenta-no-ambito-do-municipio-de-sao-vicente-as-normas-e-procedimentos-de-contratacoes-diretas-por-dispensa-de-licitacao-nos-termos-do-disposto-nos-incisos-i-e-ii-do-artigo-75-da-lei-federal-n-14133-de-1-de-abril-de-2021-que-dispoe-sobre-licitacoes-e-contratos-administrativos-e-da-outras-providencias?q=14.133

	Centro – CEP 11310-080, São Vicente/SP, conforme especificações e condições definidas no Termo em Referência em anexo. UNIDADE DE MEDIDA: SERVIÇO LOCAL DE ENTREGA: Rua José Bonifácio, 404, Centro – CEP 11310-080, São Vicente/SP.				

Valor total estimado do lote: R$ 1.629,32 (um mil, seiscentos e vinte nove reais e trinta e dois centavos).

1.2.1. As despesas decorrentes da presente dispensa eletrônica correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentáris(s), consignada(s) no Orçamento para o exercício de 2024, qual(is) seja(m): **020201 | 04.122.0009.2163 | 3.3.90.39.99 | 01 | 110.0000**; bem como outra(s) a ser(em) consignada(s) para o(s) exercício(s) seguinte(s), se necessário for.

1.2.2. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica dar-se-á mediante a utilização do Sistema BBMNET, disponível no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas vedações do art. 14, da Lei Federal n.º14.133/21;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16, da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica dar-se-á com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item

3.2. O fornecedor interessado encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema BBMNET, a proposta com a descrição do objeto ofertado e a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim de recebimento de propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta dispensa de licitação;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, e assinalar em campo próprio do sistema eletrônico, que atende as seguintes declarações:

3.6.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.6.2. Declaração de enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

3.6.3. Declaração de pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

3.6.4. Declaração de responsabilidade pelas transações efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.6.5. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

3.6.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.7. Quando houver variação mínima entre lances, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.7.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.7.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Dispensa Eletrônica;

3.7.2. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08h do dia 11/12/2024, da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrada às 14 h.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor global** do lote.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, quando a disputa for por menor preço, que incidirá em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R$ 5,00* (cinco reais) para o LOTE.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá por prorrogação automática que será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta, conforme o caso, deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado via sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.9. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação.

6.1.1. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 30 (trinta) minutos, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

6.1.2. É dever do fornecedor atualizar previamente os documentos para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.1.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais, emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica e já apresentados, o fornecedor será convocado, através do "*chat*", a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.4. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.4.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.2. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.3. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente – **Anexo III**, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.3.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no site BBMNET, no site oficial da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE** e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a

todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 12, III, e art. 64, ambos da Lei Federal nº 14.133, 1º de abril de 2021.

9.9. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.9.1. ANEXO I – Documentos de Habilitação

9.9.2. ANEXO II – Termo de Referência;

9.9.3. ANEXO III – Minuta de Autorização de Fornecimento (Será emitida de acordo com o sistema de compras Prefeitura);

9.9.4. ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços

São Vicente, 05 de dezembro de 2024.

_____

Marta Aparecida da Cruz Sousa Florindo
Coordenadora do Departamento de Compras e Licitações

ANEXO I

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Nos termos do item 6, do Edital, encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação, quais sejam:

A – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a.1) registro comercial, no caso de empresa individual;

a.2) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado (documento inicial e última alteração, ou instrumento consolidado), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.3) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

a.4) decreto de autorização e ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando se tratar de firma estrangeira em funcionamento no país e a atividade assim o exigir;

a.5) Certidão negativa correcional, obtida junto ao Cadastro Nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas (CEIS);

a.6) Certidão Negativa Correcional, obtida junto ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

B – HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

b.1) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b.2) Certidão de regularidade conjunta de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União;

b.3) Certificado de Regularidade de Situação – CRS, perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

b.4) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal referente à regularidade mobiliária, relativa à sede da Licitante. Empresas que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritas na Fazenda Municipal, portanto dispensadas da comprovação de regularidade, ficam obrigadas a declarar sob pena das penalidades cabíveis, tal condição;

b.5) Certidão de Regularidade de Débito, inscritos e não inscritos, com a Fazenda Estadual. Empresas que, nos termos da legislação aplicável, não estiverem inscritas na Fazenda Estadual, portanto dispensadas da comprovação de regularidade, ficam obrigadas a declarar sob pena das penalidades cabíveis, tal condição;

b.6) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

b.7) Declaração expressa de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

b.8) A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

b.9) Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em Mandado de Segurança;

b.10) As Microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, devendo ser promovida a regularização nos termos deste Edital;

b.11) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame,

prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

b.12) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Lei Federal n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a dispensa.

C – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

c.1) Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

c.1.1.) Empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação judicial já homologado pelo juízo competente, sem prejuízo do atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no Edital.

c.2) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data para a apresentação da proposta;

c.2.2) Comprovação de possuir Capital Social o Patrimônio Líquido mínimo equivalente de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

D – OUTRAS DECLARAÇÕES:

d.1) Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 63 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

d.2) Declaração de atendimento da previsão inserta no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, consubstanciado na manifestação expressa de

cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e na forma da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;

d.3) Declaração expressa do licitante acerca da inexistência de impedimento à sua habilitação, para participar da Licitação, bem como da ciência que deverá declará-los, quando ocorridos durante o certame, sob pena de responder pela veracidade das informações prestadas.

E – DISPOSIÇÕES GERAIS:

e.1) Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original ou cópias autenticadas, seja em cartório ou autenticação da própria Administração.

e.2) As certidões e/ou certificados apresentados devem estar com o seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 180 (cento e oitenta dias), a contar de sua expedição:

e.2.1) Havendo Lei ou regulamento próprio atribuindo prazo de validade diferente do estipulado no item e.2, supra, deverá a empresa apresentar cópia da referida legislação ou regulamento, acompanhado da certidão.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA nº 017/DAF/SEGES/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE PARA-RAIOS

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objetivo estabelecer parâmetros e especificações técnicas com o intuito de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Manutenção e Emissão de Laudo Técnico de SPDA – para-raios, com fornecimento de materiais e medição ôhmica dos aterramentos do Edifício do CAM01 conforme especificações e condições definidas neste Termo de Referência.

Tabela1 – Informações detalhadas da área construída do Edifício.

Descrição	Quantidade (m^2)
Subsolo	457,29
Térreo	277,38
Pavimento Tipo: 553,90 m^2 (x8)	4431,20
Área Total Construída:	**5165,87**

1.2. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar foi dispensada **com fulcro** no art. 12, inciso I do Decreto Municipal 6375/2023.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A futura contratação se faz necessária para a proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), pois o anterior sofreu avarias após eventos climáticos, deste modo visando substituir o equipamento danificado a fim de manter a edificação do CAM 01(Complexo Administrativo Municipal), protegida contra possíveis danos que possam vir a atingir direta e/ou indiretamente o edifício, causando danos significativos à estrutura, aos equipamentos elétricos, eletrônicos e aos servidores que atuam nesse local e aos munícipes que visitam o espaço e por força da Norma Brasileira NBR 5419/2015, o prédio do CAM 01 deve possuir Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas.

2.2. A prevenção contra incêndios é um dos aspectos fundamentais na instalação de um para-raios. A energia liberada por um raio pode provocar incêndios, especialmente se atingir materiais inflamáveis ou se causar curtos-circuitos em sistemas elétricos. O para-raios ajuda a direcionar a

descarga elétrica para a terra de maneira segura, minimizando o risco de incêndios e danos estruturais.

2.3. Descargas atmosféricas podem provocar picos de tensão que podem danificam equipamentos eletrônicos delicados, deste modo a prevenção é de suma importância. O para-raios contribui para a proteção de sistemas de telecomunicações, computadores, sistemas de segurança e outros equipamentos críticos, evitando prejuízos financeiros e operacionais.

2.4. A presença de um para-raios reduz o risco de ferimentos ou fatalidades associadas a descargas elétricas atmosféricas. Em áreas com alta incidência de raios como na nossa região, a instalação de um sistema de para-raios é uma medida de segurança importante para proteger os servidores e munícipes.

2.5. A instalação do SPDA é realizada sob instruções das normas técnicas NBR 5419/2015 da ABNT, conforme determinação do Corpo de Bombeiros, para obtenção de laudo exigido no AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

2.6. Considerando o artigo 12, inciso I do Decreto Municipal Nº 6.375 de 26 de dezembro de 2023, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi dispensada tendo em vista que os valores estimados para a presente contratação se encontram abaixo dos limites estabelecidos pela legislação vigente;

2.7. A presente contratação enquadra-se nos moldes do contido no art. 75, I da Lei 14.133/2021, devido ao baixo valor e o bem da econômica processual, a presente contratação se dará por dispensa de licitação.

3. LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1. Os serviços contratados deverão ser prestados no imóvel localizado no endereço abaixo:

3.1.1. CAM 01 (Complexo Administrativo Municipal), situada na Rua José Bonifácio, 404, Centro – CEP 11310-080, São Vicente/SP.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A CONTRATADA executará a reinstalação do Mastro Captor, instalação de novo sistema de estaiamento do mastro captor (Contraventagem);

4.2. A substituição de isoladores danificados e parafusos oxidados;

4.3. A substituição do sinalizador de obstáculos;

4.4. Realização de testes e ensaios nos condutores utilizando equipamento miliohmimetro certificado para verificação da continuidade elétrica do sistema (medição ôhmica) conforme exigências da NBR5419/2015 e a NR-10;

4.5. Emissão de Laudo Técnico contendo todas as especificações técnicas dos subsistemas, relatório fotográfico assim como a apresentação dos resultados obtidos durante os ensaios e recomendações de correções para futuras intervenções;

4.6. Emissão de Certificado com validade de 12 (doze) meses;

4.7. Recolhimento de Assinatura de Responsável Técnico (ART) dos serviços executados.

4.8. O agendamento para a execução do serviço deverá ser feito junto à Diretoria de Administração e Finanças – DAF/SEGES.

4.8.1. Telefone para contato: (13) 3579-1314

4.8.2. E-mail para contato: dafseges@saovicente.sp.gov.br

4.9. A CONTRATADA ficará a cargo da remoção de todo entulho gerado durante a obra que se mostrar necessário;

4.10. Um profissional responsável deve acompanhar e validar o serviço executado;

4.11. A versão final do Laudo Técnico deverá ser assinada e acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);

4.12. Todos os encargos previdenciários e securitários dos funcionários são de total responsabilidade da CONTRATADA.

5. NORMAS TÉCNICAS

5.1. No que diz respeito aos materiais fornecidos, a CONTRATADA deve cumprir as normas mínimas de qualidade e conformidade atualmente em vigor que segue abaixo:

5.1.1. NBR 5.370 – Conectores de cobre para condutores elétricos em sistema de potência;

5.1.2. NBR 5.410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

5.1.3. NBR 5.419 – Proteção contra descargas atmosféricas;

5.1.4. NBR 5.349 – Cabos de cobre mole para fins elétricos;

5.1.5. NBR 5. 111 – Fios de cobre nu de seção circular para fins elétricos;

5.1.6. NBR 1.3571 – Hastes de aterramento em aço cobreado e acessórios.

5.2. Quando houver ausência de Normas ou quando houver imprecisão nas informações, deve-se ser seguido as Normas Internacional referentes a este assunto e aos manuais dos fabricantes dos materiais utilizados.

6. DA GARANTIA

6.1. A CONTRATADA se compromete a oferecer garantia dos materiais instalados pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir da data de conclusão do serviço, cobrindo quaisquer defeitos inerentes ao serviço que possa vir a comprometer a segurança e eficácia do serviço.

7. DOS PRAZOS DO CONTRATO

7.1. O prazo de prestação do serviço contratado será de início imediato após o envio da Autorização de Serviço, podendo ser prorrogado a critério da Administração em razão de fato superveniente demonstrado pelo Particular.

7.2. Poderá ser substituido o instrumento contratual específico por Autorização de Serviço – AS, não afastando a obrigação desta Prefeitura de informar ao contratado sobre as regras e condições gerais da contratação, conforme disposto no art. 8º do Decreto Municipal nº 6397/2024.

7.3. Independente do instrumento contratual escolhido pela Prefeitura, a contratada deverá observar a garantia disposta no item 6.

7.4. A CONTRATADA será sujeita à fiscalização no ato da execução do serviço, reservando-se a esta Prefeitura Municipal, através do responsável, o direito

de não atestar em definitivo o objeto, caso o mesmo se encontre em condições insatisfatórias.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento deverá ser efetuado em parcela única, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal, condicionado ao ateste da despesa pela unidade responsável.

8.2. O faturamento será realizado após o ateste do recebimento e da conformidade dos materiais entregues, sendo necessário a CONTRATADA encaminhar Nota Fiscal de Serviço, em nome da Prefeitura Municipal de São Vicente, CNPJ: 46.177.523.0001-09, situada à Rua Frei Gaspar, nº 384 – Centro – São Vicente/SP.

8.3. Caso o documento de cobrança apresente erro, inconsistência, cobrança indevida ou diferença na apuração do valor do serviço, o referido documento será devolvido e a CONTRATADA deverá reapresentar Nota Fiscal adequadamente corrigida, isenta dos vícios originais, com a fixação de novo prazo de vencimento para a realização do correspondente pagamento.

9. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto ocorrerão na seguinte dotação orçamentária:

Tabela2 – Informações da dotação orçamentária a ser empenhada

Ficha	Funcional programática	Elemento de despesa	Fonte de recurso
83	04.122.0009.2163 – Manutenção de Equipamentos Públicos	3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	01 - Tesouro

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor total estimado para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência é de R$ 3.802,88 (Três Mil Oitocentos e Dois Reais e Oitenta e Oito Centavos), de acordo com pesquisa direta com fornecedores (art. 23, § 1º, inciso IV da Lei Federal 14.133/21), constados no Mapa de Preço em Anexo a este Termo de Referência.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer o objeto requisitado em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital;

11.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;

11.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE;

11.4. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos necessários e suficientes à eficiente execução da prestação dos serviços;

11.5. Todo material utilizado deverá ser novo e de boa qualidade, cabendo à Fiscalização solicitar a substituição daqueles que não atendam esta exigência, sendo substituído qualquer componente que apresentarem deterioração e/ou oxidação;

11.6. Não serão permitidas, em hipótese alguma, qualquer tipo de fixação que prejudique estruturalmente os pilares e vigas do edifício.

11.7. Executar o serviço com esmero e segurança, ficando inteiramente responsável pela ocorrência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo depois do recebimento dos trabalhos, obrigando sua reparação imediata quando impugnado pela Fiscalização sem ônus para a CONTRATANTE;

11.8. Durante os trabalhos, deverá ser mantida continuamente a limpeza das áreas e, ao final deverá ser removido e recolhido todos os materiais, ferramentas e equipamentos de forma a permitir o perfeito e seguro andamento do serviço;

11.9. Fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do responsável técnico pelos serviços de instalação elétrica, assinado e contendo o número de registro do CREA;

11.10. A CONTRATADA deverá obedecer às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento

dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI, antes do início da execução dos serviços, caso seja necessário;

11.11. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

11.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se igualmente por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei.

11.13. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações do edital;

11.14. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Como CONTRATANTE se constitui obrigação e responsabilidade do município o pagamento do preço, no prazo e condições estabelecidas neste.

12.2. Designar fiscal com responsabilidade e autoridade para fiscalizar o desenvolvimento dos serviços, representando-a em todos os assuntos relacionados com o fornecimento e execução dos serviços objeto do contrato;

12.3. Prestar todas informações que lhe forem requeridas pela CONTRATADA, consideradas indispensáveis ao fornecimento e serviços;

12.4. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA para a execução dos serviços, proporcionando todas as facilidades para que esta possa desempenhar seus serviços nos limites do contrato;

12.5. Comunicar à CONTRATADA qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência, no Edital ou no respectivo termo de contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização.

12.6. Rejeitar no todo ou em parte a prestação em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA e especificações constantes do edital.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Fica proibida a subcontratação total ou parcial da presente contratação.

13.2. O serviço do presente Termo de Referência será fornecido pelo menor preço ofertado nas propostas.

13.3. São aplicáveis as sanções administrativas previstas no capítulo I, título IV da Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes.

13.4. Fazem parte da presente especificação, no que forem aplicáveis, as normas dos fabricantes, bem como as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Os fornecimentos e serviços associados deverão ser executados de acordo com a presente especificação, sendo que qualquer solicitação de esclarecimentos deverá ser feita de forma fundamentada, para análise pela CONTRATANTE;

13.5. A CONTRATADA deverá manter, durante o fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no Edital e neste Termo de Referência.

13.6. A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

EVELYN KELLY DA SILVA
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
DAF/SEGES

PATRICIA BARREIROS ROMANO
DIRETORA SUBSTITUTA
DAF/SEGES

ALEXANDRE SERRA MARQUES PEREIRA
CHEFE DE GABINETE
SECRETARIA DE GESTÃO

ANEXO III – MINUTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Rua Frei Gaspar, 384 - Centro / São Vicente - CEP: 11310-900 CNPJ: 46.177.523/0001-09 Inscrição Estadual: Isenta
PABX: (13) 3579-1300 - Email: nfe@saovicente.sp.gov.br

Autorização de Fornecimento

AF 000000/0000 - Emissão: 00/00/00

0ª Via -

Fornecedor:			**00.000.000/0000-00**
Endereço:			
e-Mail:		Contatos:	
Conta Bancária:	-	Agência: -	C/C: -

Unidades atendidas

Unidade Adm.:	
Centro Consumo:	
Solic.de Compra:	**000000/0000**

Processo de compra

Número:	**000000/0000**	Modalidade:	
Data:	**00/00/0000**	Artigo:	
Comprador:			

Ata de Registro de Preço

Número:		Vigência:	**00/00/0000**	Representante:	

Informação p/entrega

Almoxarifado responsável:			
Prazo para entrega da mercadoria:		Condições de pagamento:	
Local para entrega da mercadoria:			

Empenho(s)

00000/0000 -	UO: **0000 -** UE: **000000 -** 00000 | 000000 | 00.000.0000.0000 | 00 | 000.0000 | 0.0.00.00.00	Valor utilizado:

ITEM	CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	UN	VALORES	
				UNITÁRIO	TOTAL
0000					
			TOTAL:		

( )

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE
Rua Frei Gaspar, 384 - Centro / São Vicente - CEP: 11310-900 CNPJ: 46.177.523/0001-09 Inscrição Estadual: Isenta
PABX: (13) 3579-1300 - Email: nfe@saovicente.sp.gov.br

Autorização de Fornecimento

AF 000000/0000 - Emissão: 00/00/2000

0ª Via -

ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

*** A PROPOSTA COMERCIAL DEVE SER FEITA NOS MOLDES DA PLANILHA ABAIXO, CONTENDO OS PREÇOS UNITÁRIOS E O VALOR GLOBAL DE CADA ITEM.**

OBJETO: _____

NOME DO PROPONENTE:
CPF ou CNPJ:
ENDEREÇO:
TELEFONE DO PROPONENTE:
E-MAIL DO PROPONENTE:

DECLARAMOS POR ESTE E NA MELHOR FORMA DE DIREITO QUE NOSSA PROPOSTA COMERCIAL É A SEGUINTE:

Item	Descrição	Qtde	Unid.	Vr. Unit. - R	Vr. total – R$
1					
2					
3					
4					
5					

Valor total: R$ ..... (..... valor por extenso.....).

Declaramos que nos valores acima estão compreendidas, além do lucro, encargos sociais, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do objeto licitado.

VALIDADE DA PROPOSTA: Mínimo de 60 (sessenta) dias.

_____, __ DE _____ DE 2024.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CARIMBO DA EMPRESA